

TCU investiga verbas do Banco do Brasil

MARCELO DE MORAES

BRASÍLIA — Várias entidades e prefeituras que estão sendo investigadas pelo Tribunal de Contas da União (TCU), a pedido da CPI do Orçamento, pediram e receberam verbas da Fundação Banco do Brasil, em 1992. Os representantes da subcomissão de subvenções sociais vão checar se a liberação das verbas, autorizada pelo então presidente do Banco do Brasil, Lafayette Torres, teve alguma relação com o processo de impeachment do presidente Fernando Collor.

Essas verbas foram liberadas em setembro de 1992, um mês antes da votação do impeachment, e podem ter servido como instrumento na tentativa de compra de votos contra a cassação de Collor. Além disso, todas as entidades que estão sendo checadas pelo TCU já tinham recebido várias subvenções sociais em 1992.

No levantamento feito pelo deputado Luiz Gushiken (PT-SP), a Fundação Banco do Brasil liberou verbas para a compra de ambulâncias, unidades odontomóveis, para projetos de eletrificação de áreas rurais e até mesmo para construção de chafariz. A Comissão também deverá investigar se os recursos liberados pela Fundação, que variam de US\$ 5 mil até US\$ 73 mil de cada vez, foram realmente aplicados nas solicitações feitas ou se houve algum desvio.

Entre as associações e prefeituras que tiveram suas contas



abertas pelo TCU e fizeram solicitações à Fundação Banco do Brasil está a Fundação Anísio Teixeira, dirigida por Murilo Paes Landim, primo do deputado Paes Landim (PFL-PI). A instituição teve dois pedidos atendidos e a prefeitura de São João do Piauí, onde ela funciona, teve uma solicitação atendida, conseguindo um total de US\$ 60 mil para ajuda no processo de alfabetização, construção de 146 fossas sépticas e aquisição de uma ambulância. A Fundação Anísio Teixeira recebeu também a título de subvenção social mais US\$ 68 mil, somente no ano de 1992.

A Fundação de Promoção Social e Cultural do Estado de Roraima conseguiu através da então deputada Teresa Jucá, atual prefeita de Boavista, cerca de US\$ 75 mil da Fundação para compra de uma ambulância e para o projeto "Luz da vida". A mesma fundação obteve ainda no ano de 1992 uma subvenção de US\$ 63 mil.

Outra das entidades investigadas pelo TCU, a Associação de Proteção a Maternidade e a Infância de Sapeçu (BA) conseguiu US\$ 41 mil da Fundação Banco do Brasil para a aquisição de uma unidade móvel de tratamento odontológico, através do deputado Jonival Lucas (PSD-BA). Nas subvenções de 1992, a associação já ganhara cerca de US\$ 85 mil.

O deputado Jonival Lucas é um dos parlamentares que se filiaram recentemente ao PSD, participando da suposta conexão baiana da compra e venda de legendas, denunciado pelo presidente do PP, Alvaro Dias, e pelo deputado federal Jair Bolsonaro (PPR-RJ).